

Governo estuda medidas duras

Arrocho fiscal e alta das tarifas públicas são alguns pontos. Ministros devem cair

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O governo prepara um novo plano econômico para tentar reverter o quadro de descontrole inflacionário. Não se pensa em um novo congelamento de preços e salários, mas as medidas devem implicar a substituição dos ministros da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu.

Em princípio, o novo plano deverá ser anunciado no final do mês de julho, quando a sociedade poderá tomar conhecimento do maior índice de inflação da história do País, acima de 30%. Essa taxa funcionará como complemento final de um cenário dramático, o que facilitará a aprovação de medidas impopulares pelo Congresso Nacional e mesmo a sua aceitação pela população.

Opiniões de economistas das mais diversas tendências convergem: é indispensável eliminar o déficit das contas públicas. Por isso, o governo está encorajado a propor ao Congresso medidas duríssimas de arrocho fiscal, que envolverão por diver-



Antônio Batalha/AE-19/1/89

Maílson da Nóbrega: imagem desgastada deve provocar queda

sos mecanismos a antecipação de receitas, além de um controle rigoroso da emissão de moeda. Nessa linha de acerto das contas públicas, o governo, de uma só vez, promoveria um brutal reajuste das tarifas de serviço público, com aumentos de combustíveis, energia elétrica, aço, tarifas postais e telefone.

A estratégia do governo inclui o estímulo aos debates no Congresso e entre empresários sobre fórmulas para evitar a hiperinflação e, caso o plano cumpra seus objetivos, permitirá ao presidente José Sarney entregar o governo ao sucessor com a economia razoavelmente saneada. Os debates e sugestões servirão

como base das medidas que o governo terá de levar ao Congresso no final de julho.

Inflação recorde deve ajudar aceitação do pacote

Nessa situação é que se examina a conveniência de substituir a equipe econômica. A imagem desgastada do ministro Maílson da Nóbrega e até o seu cansaço físico e psicológico não recomendam que seja ele a pessoa encarregada de apresentar ao Congresso e ao País a quarta e, possivelmente, última tentativa do governo Sarney de acertar os rumos da economia. Economistas como Paulo Rabello de Castro e Paulo Guedes já estão sen-

do consultados por emissários do Palácio do Planalto.

Para executar esse plano nos seus últimos oito meses de mandato, José Sarney estaria disposto a ficar à margem do processo sucessório. Parlamentares que se dedicam diariamente ao debate de como enfrentar a crise econômica, como o deputado César Maia (PDT-RJ), opinam que, se Sarney tiver a coragem de apresentar um duro plano econômico, assumindo o ônus das medidas antipopulares que ele inevitavelmente conterá, o Congresso aprovará. "Vai ser uma gritaria enorme, mas se o Congresso não aprovar, o ônus pelas consequências passará a ser do Legislativo", diz Maia. O exemplo da hiperinflação na Argentina será importante nesse momento.

O anúncio do plano no final de julho teria ainda outra função estratégica: o mês de agosto é decisivo para o balanço de pagamentos. Se não houver um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a liberação dos empréstimos que estão condicionados a esse acordo, o País terá de começar a atrasar o pagamento aos seus credores. A volta da missão do FMI no último fim de semana a Washington, com indicações de que só retomará as discussões em agosto, deixa claro que até lá o governo terá outra política econômica para apresentar.